

Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Maretório: a concept forged between land and sea

Josinaldo Reis do Nascimento¹

Resumo: Este artigo visa contribuir com os debates atuais em torno da consolidação do conceito de maretório, conceito científico que tem origem nos movimentos sociais das Reservas Extrativistas Marinhas da Amazônia e vem se tornando cada vez mais potente. Toma-se como base para a discussão aqui uma pesquisa qualitativa realizada entre 2015 e 2021 em 12 das 14 Resex Marinhas do Pará. Para a coleta dos dados lançou-se mão da observação participante e entrevistas semiestruturadas. Após análise das narrativas dos entrevistados e do material registrado em diário de campo, os resultados que emergiram mostram que o maretório, antes de tudo, encontra o significado de sua existência no lugar. Lugar onde o poder político carrega simbolismos e significados responsáveis, em última análise, pela formação identitária das populações de extrativistas tradicionais do Litoral da Amazônia e reverbera nas relações econômicas e em seus processos produtivos, enfim, nos seus modos de vida costeiros/marinhos.

Palavras-chave: Maretório. Extrativistas tradicionais do Litoral da Amazônia. Maretorialidade. Reserva Extrativista Marinha.

Abstract: This article aims to contribute to current debates surrounding the consolidation of the concept of maretório, scientific concept that originates from social movements in the Marine Extractive Reserves of the Amazon and is becoming more and more powerful. The basis for the discussion here is qualitative research performed between 2015 and 2021 in 12 of the 14 Marine Reserves of Pará. To collect data, participant observation and semi-structured interviews were used. After analyzing the interviewees' narratives and the material recorded in the field diary, the results that emerged show that the maretório, above all, finds the meaning of its existence in the place. A place where political power carries responsible symbolisms and meanings, ultimately, through the identity formation of the traditional extractive populations on the Amazon coast and reverberates in economic relations and their productive processes, ultimately, in their coastal/marine life.

Keywords: Maretório. Traditional extractivists on the Amazon coast. Maretorialidade. Marine Extractive Reserve.

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA Campus Bragança. Laboratório de Extensão, Comunicação e Experimentação Audiovisual (LABCRIA), membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social (ETTHOS). *ORCID:* [0000-0002-1255-1884](https://orcid.org/0000-0002-1255-1884) - *E-mail:* josinaldo.reis@ifpa.edu.br.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Introdução

Depois da formação aqui, depois da conversa que a gente vem tendo sobre as RESEX; a pesca, o mangal, a gente olha de outro jeito. Falaram tanto de território que eu cheguei na comunidade e fiquei lendo os papel da pasta e assuntando os dizeres da Célia² sobre os maretórios, vixi... desde das margaridas³. Isso ficou martelando aqui dentro... [gestos frenéticos com os braços e apontando com o indicador para a cabeça]. Eles não falam de nós, das mulheres das águas, das marisqueiras, da gente da maré, né! Por quê? Por que eles só falam em território, se a nossa reserva é mais mangal e a pancada aí pra fora? A nossa terra mesmo é pouca, o quintal, uma planta, um cipó, umas varas pro curral⁴, palha pro rancho⁵. Tem gente aí que até tem uma rocinha de mandioca, mas é pouca. A gente vive mais na água, briga pela água, pelo caranguejeiro, pra não apoitarem rede aí. Acredito que isso é maretório e não território. A gente precisa vê isso, não só as mulheres, mas o pescador, todo mundo! A colônia nem liga, mas nós da associação ligamos. Meu entendimento de maretório é isso...; é as nossas coisas⁶.

O conceito de maretório tem suas origens no seio dos movimentos sociais de extrativistas tradicionais do Litoral da Amazônia Paraense. Fortalecidos nas Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas (Assuremas), ao longo de mais de uma década de amadurecimento em encontros e debates formularam as concepções que o alicerçam como um conceito científico endógeno, capaz de articular suas questões sociais, culturais, políticas e econômicas frente às pautas emergentes em meados da

² Célia Regina das Neves, marisqueira e liderança da Resex Marinha Mãe Grande Curuçá. Esteve na vanguarda do movimento Pró-Resex no Estado do Pará, atuou como coordenadora da Secretaria Nacional da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Respeitada em todo o território nacional pelo seu pragmatismo e coerência em defesa das mulheres extrativistas e pela igualdade de gênero no acesso às políticas públicas. Uma das primeiras lideranças pesqueiras a cunhar o termo “maretório” em debates públicos na Câmara dos Deputados, se contrapondo ao conceito de território. Atualmente, compõe a Secretaria de Mulheres da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM-Brasil).

³ Fazendo referência à 5ª Marcha das Margaridas, ocorrida em 2015 em Brasília/DF. Essa manifestação de mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas de todo o Brasil desde 2000 marcha pelas ruas da Capital do País clamando por direitos sociais, contra a violência de gênero e por reconhecimento (Silva, 2008).

⁴ “Os currais de pesca constituem um tipo de armadilha fixa construído com cercas de madeira, geralmente extraídas do manguezal (*Laguncularia racemosa* e/ou *Avicennia germinans*), com entrada em forma de ‘V’ que direciona os peixes para o seu interior, aprisionando-os” (Nascimento *et al.*, 2016, p. 2).

⁵ “Ranchos são habitações temporárias, construídas em pontos estratégicos das praias ou na linha litorânea [...] é nesse tipo de construção que os pescadores se acomodam sazonalmente para as pescarias. Muitos levam a família, e lá se acomodam durante a temporada da pesca” (Nery, 1995, p. 215).

⁶ Fragmento do discurso de uma liderança de Curuçá/PA, registrado em diário de campo durante a participação na 2ª Baixada dos Extrativistas Costeiros e Marinhos do Litoral Paraense. Evento realizado em 30 de setembro e 01 de outubro de 2017 no município de São João de Pirabas - PA.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

primeira década do século XXI, as quais incluem a conservação e as regulamentações ambientais impostas pelos tomadores de decisão.

Ao longo dos anos, o termo “maretório” foi gradualmente incorporado aos discursos de outras lideranças dessas organizações em diferentes estados litorâneos, sobretudo nos debates capitaneados pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM), tornando-o cada vez mais potente.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é contribuir com os debates em torno da consolidação do conceito de maretório, a partir da análise de suas contribuições para os processos de produção e reprodução dos espaços costeiros e marinhos do Litoral do Pará/Amazônia, ressaltando as diferentes compreensões de suas lideranças extrativistas acerca do conceito de território, suas aplicações práticas e observando suas várias temporalidades e “maretorialidades”.

Muitas divergências e confusões têm marcado os debates em torno do conceito de território (Souza, 2009). Robert David Sack (1986), em sua clássica obra *Human territoriality: its theory and history*, expõe o território a partir de uma perspectiva de implementação de técnicas capazes de influenciar e controlar um conjunto de pessoas – e, conseqüentemente, suas relações sociais – em uma área geograficamente definida. Compreendo, em concordância com Haesbaert & Limonad (2007, p. 42), que “[...] o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem concomitantemente sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, a natureza)”.

De uma perspectiva temporal, convém observar que a etimologia da palavra território, de acordo com o dicionário de língua portuguesa disponível na rede mundial de computadores, advém do latim *territorium*, *ii* e “área delimitada, terra sob jurisdição” é própria do tempo em que o mar não tinha muita relevância, até porque, como nos mostra a história, faltavam conhecimentos suficientes para debatê-lo (Corbin, 1989).

Para compreender o “entendimento de maretório” expresso pelos extrativistas tradicionais do litoral brasileiro, sobretudo os do Litoral Amazônico que tiveram seus



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

depoimentos colhidos e acolhidos neste estudo, faz-se necessário interpretar os significados tangíveis e intangíveis que o lugar e suas múltiplas dimensões representam enquanto elementos formadores do imaginário de apropriação do mar e dos espaços costeiros/marinhos. Para isso, a partir dessas interpretações, aliadas a leituras sobre a temática às quais tive acesso, lanço luzes sobre os modos de vida e os contratos societários estabelecidos ao longo de sucessivas gerações de extrativistas tradicionais do Litoral Amazônico, que se mostraram indissociáveis da tridimensionalidade tempo-espaço-natureza.

Em vista disso, proponho falar do maretório como um conceito forjado entre a terra e o mar – e falar academicamente, no sentido da escrita de suas formas empíricas de interpretação da realidade que cercam as populações tradicionais que vivem na zona costeira, enfatizando a indissociabilidade entre ciência e política que se encontra nítida nas entrelinhas do conceito de maretório que ora é posto no debate acadêmico.

Nessa direção, compreendo a construção acadêmica do maretório como uma ferramenta efetiva de afirmação e reafirmação identitária decorrente de processos coletivos de apropriação dos espaços costeiros e marinhos pelas populações tradicionais que ali habitam. Desse modo, busco trazer para o centro dos debates novas possibilidades de interpretação dessas dinâmicas, evidenciando a necessidade e a importância da consolidação do maretório como conceito e suas maretorialidades como categorias analíticas das Ciências Sociais e Humanas.

O método, no tempo e no espaço

Para esta construção teórica, busquei métodos e técnicas que fossem capazes de fornecer elementos para melhor compreender e interpretar os anseios individuais e coletivos de lideranças extrativistas da zona costeira da Amazônia Paraense acerca do conceito de território, de maretório e suas aplicações práticas para afirmação de suas identidades.

Além de uma revisão bibliográfica sobre a temática, lancei então mão de métodos de pesquisa qualitativa, seguindo os preceitos propostos por Huntington (2000) e



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Poupart *et al.* (2008), como observação participante e entrevistas em profundidade, que foram realizadas com 20 extrativistas em situações diversas como reuniões de conselhos deliberativos e encontros, como também em várias investidas a campo. Todo esse processo ocorreu entre os anos 2015 e 2021.

É importante destacar que todos os entrevistados que tiveram suas falas colhidas para este estudo foram esclarecidos das finalidades da pesquisa e fizeram os devidos registros no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Também, em função da pesquisa ter sido realizada em 12 das 14 Reservas Extrativistas Marinhas existentes atualmente na porção paraense da zona costeira da Amazônia brasileira (Figura 1), ela foi registrada no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sob o número 58647-1.

É oportuno destacar que, de acordo com Isaac-Nahum (2006), esta zona costeira da Amazônia Brasileira, para além do Pará, é constituída pelos Rstados do Amapá e Maranhão e nela está localizada a maior faixa contínua do ecossistema manguezal do planeta, totalizando 7.210,07 km² (Hayashi, 2018).

Esse ecossistema, quando em bom estado de conservação, é um ambiente de alta produtividade pesqueira, como é o caso da zona costeira da Amazônia Bbrasileira (Isaac-Nahum & Ferrari, 2017). Todavia, a sua porção localizada no Estado do Pará, o *locus* desta pesquisa, vem sofrendo desde a década de 1990 e resistindo a várias tentativas de implantação de atividades econômicas de alto impacto ambiental, como as frustradas investidas de instalações de fazendas de cultivo de camarão marinho nas proximidades do manguezais do município de Bragança e outras exitosas, como o aumento sistemático dos esforços de pesca nas proximidades da costa paraense, propiciado principalmente pela frotas da pesca industrial, que migrou de outros estados da federação e têm afetado negativamente os estoques pesqueiros e os modos de vida dos extrativistas tradicionais (Nascimento, 2021).

Dentre as atividades extrativas tradicionais que dependem diretamente desse ecossistema em bom estado de conservação, destaca-se a captura e a comercialização do



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

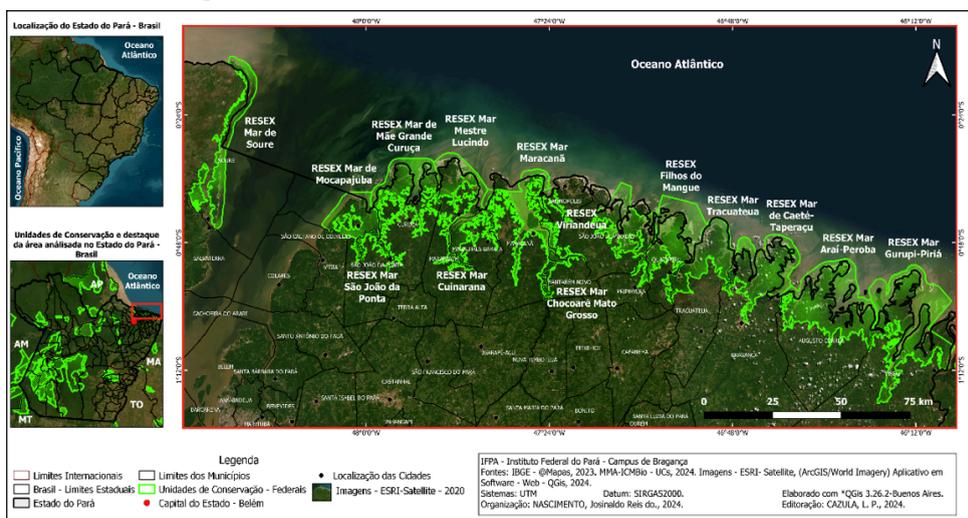
Josinaldo Reis do Nascimento

caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), que constitui uma das atividades produtivas mais importantes, sendo um dos componentes basilares para economia, cultura e segurança alimentar das populações extrativistas tradicionais que vivem nas vilas e vilarejos localizados nessa porção paraense da zona costeira da Amazônia Brasileira, como destacam Nascimento, Silva & Passos:

[...] a extração de caranguejo forja a identidade desse ser pescador tirador de caranguejo e, portanto, é decisiva para a reprodução de seus modos de vida. O estado de conservação do ecossistema manguezal na área em análise reflete na abundância do recurso, que aliada ao seu livre acesso é capaz de gerar renda para muitas famílias e, muito além disso, serve como *locus* da reprodução de estratégias específicas de interações sócio-espaciais, definindo uma identidade e uma maritimidade [maretorialidade] únicas. (Nascimento, Silva & Passos, 2022, p. 18)

Nessa perspectiva de conservação, é importante destacar que as Reservas Extrativistas (ou, abreviadamente, apenas Resex) instituídas nessa zona costeira cumprem esse papel e formam um verdadeiro cinturão de Unidades de Conservação (UC). De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), essa modalidade de uso sustentável objetiva proteger não somente os recursos naturais existentes na UC, mas também os meios de vida e a cultura de suas populações extrativistas tradicionais, garantindo assim o uso sustentável de seus atributos naturais, aliado à salvaguarda de suas tradições culturais (Brasil, 2000).

Figura 1: Mapa da localização das 14 Reservas Extrativistas Marinhas existentes na porção paraense da zona costeira da Amazônia Brasileira



Fonte: A pesquisa.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Os maretórios da zona costeira da Amazônia Brasileira: as múltiplas relações construtoras de suas maretorialidades

A vida das populações tradicionais que habitam as zonas costeiras/marinhas ao redor do mundo não é nenhum pouco monótona, muito menos homogênea, mas extremamente dinâmica e com fortíssimas relações imbricadas nos espaços marítimos. Como nos mostra a saga comovente e poética que ultrapassa gerações e fronteiras, narrada por Ernest Hemingway (1998), do velho pescador Santiago e sua prodigiosa vivência no ambiente marítimo, com sua comunidade, suas crenças, sonhos e valores, e que ilustra muito bem as dinâmicas sociais e ambientais nas quais estão imersas as comunidades pesqueiras litorâneas ao redor do mundo.

No Brasil, também são essas dinâmicas sociais e ambientais que regem os processos de produção/reprodução dos espaços litorâneos, como nos ensina Cunha (2007, p. 79-80) ao mostrar quão ágeis são esses processos “regulares e irregulares”, orquestrados por fenômenos naturais como os ciclos lunares, as forças e amplitudes das marés, as direções e intensidades dos ventos e os tipos de onda que quebram na “beirada⁷”, com consequências diretas nas atividades laborais dos extrativistas tradicionais, nos horários cotidianos das famílias, no desenrolar das relações sociais intercomunitárias e nos tipos de petrechos usados.

Os saberes e fazeres ancestrais são evidenciados também nos pequenos detalhes da saga do velho pescador Santiago ao observar “[...] o cardume branqueando de espuma as águas e o pássaro já mergulhando em pleno peixe miúdo que o pânico forçava a vir à superfície” (Hemingway, 1998, p. 26), nas espécies-alvo, nos desejos, nos medos e em seus mitos. No contexto da zona costeira da Amazônia Brasileira, onde as macromarés semidiurnas e as dinâmicas costeiras definem o espaço no tempo, determinam até o período de existência das comunidades, vilas e vilarejos pesqueiros no espaço (Maneschy, 1995; Pereira et al., 2020). Conforme o relato de um pescador:

A maré manda na gente; se a hora dela for 3 da manhã, é essa hora que temos de despescar o curral, não dá pra esperar amanhecer pra gente ir lá. Tem que sair antes, se não peixe fica fraco, o baiacu come... A maré mesmo vem mudando

⁷ Termo popular frequentemente usado entre os pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico para designar a praia e, por vezes, os portos de suas comunidades.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

as nossas casas de lugar desde quando eu me entendo por gente aqui na Vila. Estas casas aqui era pra lá daquela croa [apontando com um dos braços para indicar a distância]. Logo ali era um campo de bola, foi tudo coberto pela maré. Pronto! Este povo mais velho do Bonifácio pode contar melhor esta estória, eles cansaram de ficar mudando suas casas e foram embora pra lá. Meu pai não foi porque ele queria ficar olhando pro curral dele, aí ficamos aqui mesmo (trecho de entrevista realizada com um pescador da Vila do Pescadores, em Bragança – PA, em 12/09/2017).

José de Souza Martins (2020), ao discorrer sobre o cotidiano do homem simples das grandes cidades, descreve as delimitações claras dos trabalhadores e trabalhadoras e suas metades cotidianas – a diurna e a noturna. Aqui, nesta porção paraense da zona costeira da Amazônia Brasileira, não há apenas as delimitações dessas temporalidades marcadas pelas horas do tempo moderno, mas também pelos ciclos das marés, que ora enchem, ora vazam, fazendo com que suas metades sejam essas transitoriedades de cheio e vazio, independentemente se sobre suas cabeças há luz do sol ou da lua, ou mesmo nenhuma das duas.

Nesses intervalos há sonhos e pesadelos, medos e esperanças, que lentamente vão moldando suas maretorialidades, os modos de vida dessas populações de extrativistas tradicionais ao longo dessa zona costeira da Amazônia Brasileira. O que há aqui são modos de vida específicos, construídos e reconstruídos lentamente, no ritmo dos homens lentos (Santos, 2006), contudo, que adaptam as coisas modernas às suas tradições (Martins, 2020).

Sobre tais relações e adaptações indissociáveis tempo-espaco-natureza carregadas de concretude e significações simbólicas, Toni Soares⁸ (2009), em suas pesquisas e produções, conta em verso e prosa um pouco das tramas que envolvem o universo costeiro da Amazônia Brasileira, cheio de marés encantadas, de causos, lamentos trágicos e amores como na canção “Bandeira da Preamar”: “[...] Eu vi Manoel vi, eu vi roncô no mar. Suspende a tua bandeira Nané, bandeira da preamar. Este ano eu vou

⁸ Educador, produtor cultural, cantor e compositor paraense, nascido no município de Bragança, tem inspiração nas folias, ladainhas, batuques de boi-bumbá e cordões de pássaros – tudo isso somado ao retumbão da Marujada de São Benedito, festividade mais tradicional da cidade e que é a maior fonte de sua sonoridade. Toni é um incansável pesquisador de timbres e nessa busca acabou criando seu próprio instrumento, a banjola, uma espécie de banjo com braço de violão de 12 cordas tocado com arco de rabeça. Tudo isso mostra o grande músico que é e a forte relação com os simbolismos dessa zona costeira (Fonte: Toni Soares, em conversa com o autor sobre suas fontes de inspiração, em 08/01/2021).



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

brincar boi lá fora com a sereia do mar. Eu vou embora lá por meio do oceano. Eu vou ficar no maior rolo do Mar” (Soares, 2009).

A conjugação desses elementos parece moldar o saber fazer de ciclos transgeracionais de pescadores e pescadoras artesanais, extrativistas tradicionais do litoral amazônico que, por vezes, só se dão conta desse processo constante de aprendizado quando o descuido lhes prega peças, sobretudo nos mais jovens, e são divertidamente advertidos pelos mais velhos, mais experientes que, entre gostosas gargalhadas, sentenciam que também foram vítimas de tais situações em algum momento de suas vidas: “Onde já se viu peixe entrar em maré morta?! Ainda vai pescar de linha” (Fragmento de entrevista com pescador realizada na Vila dos Pescadores, em Bragança – PA, em 12/09/2017).

Sobre isso, nos elucidava Diegues (2003, p. 12): “[...] O conhecimento tradicional na pesca é cumulativo, produzido por gerações sucessivas; é empírico, pois deve se confrontar com o teste da experiência diária; é dinâmico no sentido que ele se transforma em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas”.

Constatações estas reafirmadas por Ramalho (2012) ao longo de consecutivas pesquisas realizadas entre pescadores artesanais no Nordeste brasileiro, em que afirma:

O pescador é sempre resultado de várias gerações, de ancestralidades corporificadas em suas técnicas (manejo das águas, das armadilhas e do barco e formas de sociabilidades) repassadas, aperfeiçoadas e constantemente renovadas nos campos material e simbólico, que são também patrimoniais (Ramalho, 2012, p. 19).

Nesse sentido, considerando a historicidade da relação aprendizado-cultura-natureza, é importante reconhecer que esses saberes e fazeres são produzidos, reproduzidos e apropriados em consonância com o espaço-tempo e suas particularidades nessa porção paraense do litoral da Amazônia Brasileira, em suas maretorialidades.

Contudo, em que pesem as mudanças ocorridas após a institucionalização dos maretórios do Litoral Amazônico em Reservas Extrativistas Marinhas, a capacidade dos extrativistas tradicionais em continuarem articulando conceitos, imagens e percepções com o ato de pescar, de constantes experimentos do vivido e do percebido, foi/é



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

reforçada, bem como atualizada aos desejos e às necessidades de aprender novos conhecimentos que são inerentes às suas vivências geracionais. Os conhecimentos tradicionais, portanto, vão articulando saberes e práticas que asseguram “a reprodução de seu modo de vida” (Diegues, 2001, p. 1).

Assim, nos debates acerca do *modus vivendi* dessas populações de extrativistas tradicionais devem ser incorporadas diversas relações – sociais, culturais e econômicas – para sua melhor compreensão. Por isso, me filio aos autores que advogam que os saberes e fazeres dos pescadores e pescadoras artesanais passam pelas relações familiares, de parentesco, e pelas de compadrio estabelecidas no âmbito dos contratos sociais⁹. Tais relações influenciam tanto no imaginário, na cultura e nas atividades produtivas, como na construção identitária destes extrativistas, diferenciando-os das demais populações tradicionais que têm na terra, nas atividades essencialmente agrícolas, as formas predominantes de reprodução dos seus modos de vida (Furtado, 1993; Maldonado, 1994; Cordell, 2001; 2007; Cunha, 2000; 2003; 2007; 2009; Diegues, 2001; 2003; Silva, 2014; Ramalho, 2006; 2012; França, 2022; Ribaric, 2020; Lima, Nascimento & Leiva, 2024).

As mudanças sociais que vêm se processando nas últimas décadas no interior das comunidades, vilas e vilarejos pesqueiros decorrem, sobretudo, da expansão urbana, das novas e novíssimas tecnologias de informação, assim como do avanço do turismo e da especulação imobiliária registrados há décadas (Tulik, 1990). Desse modo, as pressões das formas hegemônicas de reprodução do capital sobre os maretórios vêm provocando fissuras imensas, capazes de mudar rapidamente os modos de agir e pensar desses trabalhadores, sobretudo os mais jovens, que assimilam poucas relações com o passado, com os conhecimentos e práticas tradicionais que perpassam as atividades produtivas da pesca artesanal. Essas pressões desencadeiam ainda um processo de desterritorialização dessas populações tradicionais em várias partes do litoral brasileiro (Ribaric, 2020).

⁹ As relações de compadrio, de ajuda mútua, de respeito aos mestres e às tradições comunitárias passadas através da oralidade.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

“A desterritorialização é vista, então, como uma espécie de desmaterialização das relações sociais” (Haesbaert, 2003, p. 16), vista aqui como a perda de referenciais concretos de ancestralidades e de técnicas tradicionais de pesca, provocando um enfraquecimento das identidades coletivas de comunidades inteiras de extrativistas tradicionais litorâneos. Enfim, provocando “um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (Haesbaert, 2011, p. 68).

Contudo, a despeito das pressões do capital, há elementos simbólicos que permeiam os modos de vida desses extrativistas tradicionais litorâneos que permanecem inabaláveis no tempo e no espaço, fazendo com que a pesca artesanal e seus modos de vida resistam e continuem existindo em alguns espaços como uma atividade produtora de solidariedade e laços societários particulares (Ramalho, 2012).

Dentre os conhecimentos patrimoniais dessa porção paraense da zona costeira da Amazônia Brasileira destaco as intrínsecas relações com as fases da lua e as marés, por exemplo, que se configuram como fundamentais nas tomadas de decisão cotidianas de inúmeras comunidades, vilas e vilarejos pesqueiros ao longo da zona costeira da Amazônia Brasileira, bem como seus arranjos societários peculiares, seus contratos sociais, materializados sobretudo nas relações de compadrio, nos sistemas de marcação¹⁰, que se constituem como processos sociais mantenedores de suas identidades. Enfim, como nos escreve Cordell (2001, p. 7) ao versar sobre os sistemas de apropriação social na pesca artesanal no litoral do nordeste brasileiro: “As comunidades de pescadores marcam as paisagens marinhas com sua história, mitos e lendas e dividem e atribuem direitos nas águas costeiras da mesma maneira que florestas e propriedades de uso comum são possuídas coletivamente em terra”.

Ao que parece, há uma espécie de corolário socioantropológico imbricado nessa linha de raciocínio que, ao meu entender, se tomarmos como exemplo a tradição mais

¹⁰ “A marcação determinará se o curral construído capturará ‘de enchente’ ou ‘de vazante’. Consiste em estabelecer a posição que o curral ficará em relação às correntes de maré. Esta etapa da confecção do petrecho requer desenvoltura, competência e experiência, sendo avaliada por muitos pescadores como a etapa mais delicada da construção. Geralmente, é desenvolvida por um pescador experiente que tenha grande conhecimento sobre marés, ventos e a dinâmica da região para marcar os principais pontos de construção” (Nascimento *et al.*, 2016, p. 9).



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

que centenária da pesca de curral ao longo da porção paraense da zona costeira da Amazônia Brasileira, nos mostra claramente como esses espaços costeiros/marinhos foram/são socialmente construídos e transformados em “propriedade” legalmente reconhecida em suas comunidades, vilas e vilarejos pesqueiros através de contratos sociais transgeracionais.

É muito comum na Vila dos Pescadores da comunidade da Resex Caeté-Taperaçu (Figura 1) a tradição familiar de manter os currais das famílias nos “mesmos locais” – a essa tradição eles chamam de “manter a linhagem”. Os locais de construção de uma armadilha fixa, como são os currais de pesca, em muitos casos são herdados de gerações passadas e, mesmo com toda a dinâmica costeira, que muda a configuração espacial dos bancos de areia, as linhagens dos currais vão sendo respeitadas e mantidas.

Nesse sentido, o reconhecimento desses espaços – percebidos, vividos e concebidos – é extremamente importante, não só do ponto de vista político como também identitário, de afirmação de uma territorialidade específica dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos da costa paraense, aqui compreendida como “maretorialidade” que, segundo França (2022, p. 41), incorpora: “[...] além do personagem do pescador em alto-mar, abarca um pescador que também pode compor outros cenários, como o mangue, ou até mesmo a roça, considerando a sazonalidade do período da pesca e de plantar”.

Devemos nos atentar para o caráter de multiplicidade da maretorialidade. No caso aqui, ela é expressa pelos extrativistas tradicionais litorâneos, compreendendo que: “Em algumas comunidades de pescadores o meio marinho não é uniforme, mas se apresenta formado de inúmeros micro-habitats que incluem o mangue, as lagoas, os pesqueiros em lajes submersas, as barras de rios, etc.” (Diegues, 2001, p. 6).

A institucionalização dos maretórios em Resex Marinhas têm contribuído para a consolidação e/ou reafirmação das maretorialidades dos extrativistas tradicionais litorâneos que, em suas organizações sociais, anseiam, de certo modo, reescrever sua história. Foi ao fazerem a reivindicação conceitual de suas relações políticas e de poder pelo espaço de produção e reprodução dos seus modos de vida que o termo “maretório”



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

surgiu, configurando os debates públicos ao longo das últimas décadas. Debates que muitas vezes nem foram protagonizados por eles, mas nos quais puderam expor suas demandas, e isso acabou se consolidando como uma forma de construir alternativas contra hegemônicas às narrativas de superioridade das populações ditas modernas, alicerçadas na lógica de reprodução hegemônica do capital.

E a institucionalização das Resex Marinhas, sobretudo ao longo da porção paraense da zona costeira da Amazônia Brasileira, é um canalizador do foco das lutas dos extrativistas tradicionais litorâneos que tomaram novas dimensões:

As Reservas Extrativistas Marinhas são novos territórios e envolvem as multiterritorialidades dos povos da zona costeira. Para os extrativistas do mar e dos estuários, a singular relação com a dinâmica da maré, considerada o marcador temporal de todas as atividades da vida, constrói um novo termo, o maretório (Pimentel, 2019, p. 202).

Argumentações nesse sentido vêm sendo postas também em outros países da América Latina, como no Chile (Araos et al., 2020). O termo *maritorio* é cunhado com o intuito de explicar as relações socioespaciais dos pescadores com o meio aquático e, de acordo com Brinck & Morales (2007, p. 593), pode ser definido como “[...] um espaço composto por lugares (simbólicos e produtivos), que é habitado e se comunica com o exterior”. Como bem discorreram Lima, Nascimento e Leiva (2024, p. 73) ao analisar a literatura científica que tem se debruçado sobre o uso do conceito *maritorio*, este está “[...] associado ao reconhecimento das cosmologias das comunidades originárias e tradicionais costeiras e marinhas, no processo de criação e de aplicação de políticas, como os Espacios Costeros Marinos para Pueblos Originarios (ECMPOs)”.

Dessa forma, diante da necessidade emergente de se conceituar tão intensas demandas, nos últimos anos os termos maretório e *maritorio* vêm ganhando visibilidade em várias partes do litoral da América Latina e do Brasil, tanto nos meios acadêmicos como em documentos reivindicatórios de movimentos sociais e documentos técnicos de órgãos governamentais (Brinck & Morales, 2007; Contag, 2015; Favilla, 2017; Lucca, 2018; Ortegón Lancheros, 2018; Santos, 2018; Marçal, 2019; Pimentel, 2019; Ribeiro, Masuda & Miyashita, 2019; Lima, 2019; 2022; Marques, 2020; Nascimento & Barboza, 2020; Ribaric, 2020; Nascimento, 2021; e Lima, Nascimento & Leiva, 2024).



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Ao longo da pesquisa, deparei-me com depoimentos até mesmo bastante veementes sobre a necessidade de se incluírem as peculiaridades costeiras/marinhas em um conceito por eles já denominado:

A nossa maior singularidade ela tá exatamente na própria dinâmica das marés. E ela é tão singular que, pra nós que vivemos ali, estas energias estão dentro de nós, sabe? Na nossa corrente sanguínea, mesmo no sistema, no movimento orgânico do nosso corpo. Nós lançamos outra temática que é esta questão territorial, de reconhecimento destas nossas diferenças, o conceito do maretório vai trazer isso. Pra gente gerir isso tem que ser visto diferente de terra pela ciência (trecho de entrevista concedida ao autor em 16/11/2018, Ananindeua/PA).

O maretório não é só um ambiente ocupado por dezenas, centenas, milhares de pessoas. Ele é um testemunho fiel da identidade destas populações que vivem esta mobilidade pesqueira ancestralmente. É toda essa dinâmica do vai e vem das marés e como estes corpos se adequam às diferentes luas, aos diferentes horários das marés. Quando a gente tá direto lá, que a gente se alimenta, o nosso corpo ele realmente ele tem essa funcionalidade dos horários da maré. Quando a maré começa a vazar, tá todo mundo já esperto querendo correr mesmo, sair pro trabalho, está plenamente com disposição de trabalho. Quando começa a enchente, aí tá todo mundo querendo chegar, vim pra terra, pra trazer a comida, e a maré chega a gente já tem aquela vontade de se alimentar. Tá muito relacionado com a nossa vida neste sentido. Quando dá a preamar, o corpo pede descanso. E, isso funciona mesmo a gente não estando no vai e vem das marés, mas o nosso corpo funciona exatamente com isso. O Maretório ele traz a demonstração desse diferencial do tempo laboral, destas populações que vivem nestes ambientes. É muito isso! O maretório traz muita essa questão da identidade e da funcionalidade dos corpos que vivem nestes ambientes, ou que ocupam milenarmente estes ambientes e vai se passando de geração em geração (trecho de entrevista concedida ao autor em 15/02/2021, Bragança/PA).

Decerto o conceito de maretório é compreendido como uma ferramenta efetiva de afirmação/reafirmação identitária decorrente de um processo coletivo de “mulheres e homens que habitam a terra e o mar” (Lima, 2019, p. 68) e, ao longo da zona costeira da Amazônia Brasileira, vem inserindo novos elementos, fundadores, que podem ajudar a elucidar a já complexa rede de maretórios institucionalizados em Resex Marinhas, desde Soure, no arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, até a zona costeira/marinha dos municípios de Humberto de Campos e Icatu, no Maranhão, compondo um verdadeiro cinturão de 19 Resex Marinhas que correspondem a cerca de 946.522,8 hectares de áreas protegidas cogeridas por suas populações extrativistas tradicionais e suas organizações políticas (Nascimento, 2021; Brasil, 2024).



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Essa discussão conceitual me leva a refletir sobre os ensinamentos de Souza (1995, p. 101) quando esse autor analisa o território como um espaço de poder, autonomia e desenvolvimento: “Expandir conceitualmente a ideia de território é libertá-la de seu ranço ideológico e conservador”, visto que as lideranças dos extrativistas tradicionais do litoral amazônico reconhecem publicamente “que território não representava exatamente o espaço onde esse modo de vida se reproduzia, criando, assim, a categoria maretório” (Lucca, 2018, p. 88).

Indo mais adiante no debate epistemológico, cito Sposito (2009, p. 8) sobre os conceitos e suas dinâmicas no tempo e no espaço: “Os conceitos só podem, entretanto, ser revitalizados, bem como seus conteúdos ampliados ou alterados, se colocados à prova empírica”. É nesse sentido de experimentação empírica que se compreende que o dinamismo das relações sociais mantenedoras das “maretorialidades” aqui debatidas é “[...] sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” (Souza, 1995, p. 99). E é nessas observações aqui postas que encontro ressonâncias para alicerçar o conceito de maretório que resgata todos os simbolismos imaginários tecidos nesses espaços, afirmando uma identidade baseada na pesca artesanal e na complementaridade entre terra, manguezais, praias, marés e a própria vida comunitária.

Enfim, é considerando os múltiplos significados – concretos e imaginários – referidos por Pimentel (2019) que compreendo a necessidade de ancorar minhas análises em outras formas de conhecimento, munido de dialéticas políticas e culturais próprias, construídas, estabelecidas e transformadas constantemente. O maretório, antes de tudo, encontra o significado de sua existência no lugar. Lugar onde o poder político carrega simbolismos e significados responsáveis, em última análise, pela formação identitária dessas populações e reverbera de algum modo nas relações econômicas (aviamentos e interferência dos agentes intermediários) e em seus processos produtivos que conjunturalmente parecem fundidos em um amálgama forjado historicamente e que repercute, enfim, nos seus modos de vida costeiros/marinhos, nas suas “maretorialidades”.

Considerações finais



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Ressalto que não estou aqui renunciando ao conceito de território e suas possibilidades de interpretações das relações de poder no espaço. O que proponho é uma reformulação de seu *status*. É partir dos fios soltos em suas tramas que se pode construir elementos que contribuam efetivamente para evidenciar as formas de não reconhecimento das identidades coletivas dessas populações tradicionais da “beirada”, marcando de maneira evidente que esse novo conceito não se reduz a analisar as relações de exploração histórica dos pescadores e pescadoras artesanais simplesmente como subproduto das formas hegemônicas de reprodução do capital.

Mais além, os maretórios são espaços geográficos costeiros/marinhos habitados, usados, autogeridos¹¹ por suas populações de extrativistas tradicionais e/ou cogeridos. Esses trabalhadores e trabalhadoras vivem muito tempo de sua existência sob as águas, sofrendo influências diretas dos regimes das marés, dos ciclos lunares, dos ventos e suas dinâmicas costeiras. A partir desses elementos, edificam contratos sociais, práticas produtivas e societárias que emanam para além da pesca como atividade produtiva, mas que a partir dela incorporam dimensões simbólicas, culturais e éticas elaboradas a partir das relações de compadrio e do respeito mútuo, uma trama de significados do universo pesqueiro que ajuda a tecer suas espiritualidades e religiosidades, imbricadas nos elementos da natureza.

Valores que são empiricamente produzidos, reproduzidos, apropriados e repassados através da oralidade, da observação e da prática dos saberes e fazeres e, ao longo de gerações, vêm construindo a identidade coletiva de suas populações – que, nas últimas décadas, devido às fortes pressões das formas hegemônicas de reprodução do

¹¹ É importante destacar que em muitas comunidades de pescadores e pescadoras artesanais do litoral amazônico, sobretudo aquelas mais distantes dos centros urbanos e por vezes “isoladas” do alcance dos braços do Estado, os processos de controle social e organização mínima das relações sociais são estabelecidos através do respeito e do prestígio das lideranças e dos mestres, normalmente os mais velhos. Em outras situações, esse processo se funde à presença da igreja, católica ou evangélica, que realiza eleição para a escolha do coordenador da comunidade. Este normalmente goza de maior desenvoltura política e prestígio entre os comunitários e agentes políticos externos. Sempre que necessário e possível, articula e capitaneia pequenas benfeitorias para a comunidade (escola, posto de saúde, abastecimento de água potável etc.). Com a institucionalização dos maretórios em Resex Marinhas, essas lideranças normalmente compõem os comitês comunitários e o Conselho Deliberativo.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

capital, vêm incorporando uma sólida valorização de práticas políticas cooperativas como uma alternativa de autoproteção e preservação dos seus modos de vida indissociáveis dos ambientes costeiros/marinhos.

O maretório é um conceito que vem sendo gestado lentamente e a cada dia mostra-se mais relevante para ajudar essas populações a atravessarem os tempestuosos caminhos, por isso seu debate vem sendo posto com maior intensidade, frequência e cuidado nos meios comunitários, técnicos e acadêmicos. Com prudência, até mesmo porque a luz do farol sinaliza o destino, mas nem sempre aponta para caminhos retos e sem obstáculos, como é comum imaginar.

É importante destacar que a formação de novas lideranças capazes de compreender as dificuldades e obstáculos da navegação nesses maretórios está para além das luzes do farol, mas com a proa das embarcações apontada para o futuro, navegando em águas atuais, pelas quais fluem as demandas da gestão compartilhada, na incansável luta em defesa dos seus modos de vida majoritariamente ligados à pesca. Para isso, suas organizações precisam ser cada vez mais fortes, e a CONFREM já leu essa carta náutica e demonstrou seus cálculos.

Nessa enchente de temas e demandas, este trabalho e as discussões nele contidas certamente transbordarão preenchendo importantes lacunas para a compreensão e o debate sobre os processos de produção/reprodução dos espaços costeiros/marinhos no Brasil que, de algum modo, têm mobilizado instituições de ensino e de pesquisa, organizações não-governamentais, agências de governo e os movimentos sociais ligados ao setor pesqueiro nesse exercício de construção teórica. Justamente por isso, espero gerar mais reflexões e proposições que forneçam, cada vez mais, subsídios teórico-metodológicos para outros estudos geográficos sobre os maretórios, suas peculiaridades e seus limites de compressões e interpretações dessas realidades.

Com a clareza de que nesse campo ainda há muito para avançarmos, os avanços ocorrerão através da continuidade de pesquisas participativas e contributivas, reflexões, leituras, releituras, diálogos, debates e embates. É incontestável que o ato de escrever



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

sobre o maretório é, também, um ato político, uma relação de poder. E o poder confere responsabilidade.

Referências

Araos, Francisco; Catalán, Emilia; Álvarez, Ricardo; Núñez, David; Brañas, Francisco & Riquelme, Wladimir. Espacios costeros marinos para pueblos originarios: usos consuetudinarios y conservación marina. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 1, p. 47-68, 2020.

Brasil. [Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#). Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília: Coleção de Leis do Brasil, p. 4.971, v. 7, 19/07/2000.

Brasil. [Decreto nº 11.959, de 21 de março de 2024](#). Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília: Coleção de Leis do Brasil, nº 97, p. 4-6, v. 1, 22/03/2024.

Brinck, Guillermo & Morales, Cristian. Dinámicas de la insularidad: espacio, lugar y territorio en Puerto Gala. *In: VI Congreso Chileno de Antropología*, 6, Valdivia. Colegio de Antropólogos de Chile, p. 593-600, 2007.

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. [Pauta de Reinvidicações para o Governo Federal da 5ª Marcha das Margaridas](#), 2015.

Corbin, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Cordell, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. *In: Diegues, Antonio Carlos Sant'Ana & Moreira, André de Castro Cotti. (Org.). Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 139-160.

Cordell, John. **Um mar de sonhos**: valorizando cultura em conservação marinha. Trad. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. Berkeley: Instituto Etnográfico, 2007.

Cunha, Lúcia Helena de Oliveira. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. *In: Diegues, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 101-110.

Cunha, Lúcia Helena de Oliveira. Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 7, p. 69-76, 2003.

Cunha, Lúcia Helena de Oliveira. **Ordens e desordens socioambientais**: saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: Universidade Federal do Paraná –UFPR, 2007.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Cunha, Lúcia Helena de Oliveira. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 20, p. 59-67, 2009.

Diegues, Antonio Carlos Sant'Ana. **Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.

Diegues, Antonio Carlos Sant'Ana. A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das Ciências Sociais. **Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP**, v. 15, p. 1-23, 2003.

Favilla, Kátia Cristina. **Encontros neocoloniais: o Estado brasileiro e os povos e comunidades tradicionais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

França, Jessica da Silva Nascimento. **Soberania alimentar em maretórios: dinâmicas socioculturais nas marés e nos mangues e a Reservas Extrativista Mãe Grande de Curuçá**. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: Universidade do Estado do Pará - UEPA, 2022.

Furtado, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

Haesbaert, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

Haesbaert, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: Santos, Milton & Becker, Bertha K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 Ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 43-71.

Haesbaert, Rogério & Limonad, Ester. O território em tempos de globalização. **ETC - Espaço, Tempo e Crítica**, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

Hayshi, Sanae Nogueira. **Uso e conservação dos manguezais na costa amazônica brasileira: uma abordagem a partir de sensoriamento remoto**. Tese (Doutorado em Biologia Ambiental). Bragança: Universidade Federal do Pará - UFPA, 2018.

Hemingway, Ernest. **O velho e o mar**. Trad. e Prefácio Jorge de Sena. Lisboa: Livros do Brasil, 1998.

Huntington, Henrique P. Using traditional ecological knowledge in science: methods and applications. **Ecological applications**, v. 10, n. 5, p. 1.270-1.274, 2000.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Isaac-Nahum, Victoria Judith. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.

Isaac-Nahum, Victoria Judith. & Ferrari, Stephen F. Assessment and management of the North Brazil Shelf Large Marine Ecosystem. **Environmental Development**, v. 22. p. 97-110, 2017.

Lima, Paulo Victor Sousa; Nascimento, Jessica Silva França & Leiva, Francisco Javier Araos. Maretório e os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos do Litoral do Pará, Brasil. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 26, n. 2, p. 67-91, 2024.

Lima, Paulo Victor Sousa. **A minha terra é o mar**: a trajetória de um movimento socioambiental no Litoral da Amazônia. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 2019.

Lima, Paulo Victor Sousa. **Maretório**: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 2022.

Lucca, Luana Lopes. **Tensões e expectativas**: as narrativas dos interlocutores da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá-PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 2018.

Maldonado, Simone Carneiro. **Mestres & mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. 2 Ed. - São Paulo: Annablume, 1994.

Maneschy, Maria Cristina. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1995.

Marçal, Alessandro Silva. **Os desafios para a gestão das reservas extrativistas marinhas da Amazônia**: estudo de caso Reserva Extrativista Maracanã/PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 2019.

Marques, Pedro Henrique Dias. Entre territorialidades da pesca artesanal no maretório de Caravelas e Nova Viçosa-BA. **GeoTextos**, v. 16, n. 1, p. 63-83, 2020.

Martins, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3 Ed. - São Paulo: Contexto, 2020.

Nascimento, Josinaldo Reis do; Silva, Arthur Boscariol & Passos, Patrick Heleno dos Santos. Nós somos metade gente, outra de caranguejo: a dinâmica sócio-espacial da



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

pesca do caranguejo (*Ucides Cordatus*) no maretório da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu Bragança/Pará. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 42, e73208, 2022.

Nascimento, Josinaldo Reis do. **Nos maretórios da Amazônia:** os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do Nordeste do Estado do Pará. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2021.

Nascimento, Josinaldo Reis do; Dias, Eliza de Cássia Sousa; Souza, Terezinha de Jesus Lima de; Cardoso, Sergio Ricardo Pereira & Barboza, Roberta Sá Leitão. Técnicas e saberes imbricados na arte da pesca de curral em uma reserva extrativista marinha da Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, v. 4, n. 2, 2016.

Nascimento, Josinaldo Reis do & Barboza, Roberta Sá Leitão. Dos seringais aos Maretórios: R-Existências nas Resex Marinhas da Amazônia. *In:* Teisserenc, Pierre; Teisserenc, Maria José da Silva Aquino & Rocha, Gilberto de Miranda (Org.). **Gestão da água:** desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste Brasileiros. Belém: NUMA/UFPA, 2020. p. 234-265.

Nery, Arian da Costa. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional da Amazônia-Zona do Salgado-Pará. **Boletim do MPEG**, v. 11, n.2, p. 183-339. 1995.

Ortegón Lancheros, E. **Configuración del maritorio y la maritimidad a partir de la declaratoria de áreas protegidas. Casos isla Múcura e isla La Plata.** Dissertação (Mestrado em Geografía). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2018.

Pereira, Luci Cajueiro Carneiro; Trindade, Wellington; Nascimento, Anderson Thiago do; Concejo, Ana Vila & José Antônio Jimenez. Morphodynamic Studies in Sandy Amazonian Environments. **Journal of Coastal Research**, v. 95, n. SI, p. 403-407, 2020.

Pimentel, Márcia Aparecida da Silva. Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no Estado do Pará: conflitos e resistências. **Ambientes – Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 1, p. 191-218, 2019.

Poupart, Jean; Deslauriers, Jean-Pierre; Groulx, Leonel; Laperriere, Anne; Mayer, Robert & Pires, Álvaro (Eds.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

Ramalho, Cristiano Wellington Noberto. **“Ah, esse povo do mar!”:** um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo/Campinas: Polis/Ceres, 2006.

Ramalho, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 1, p. 8-27, 2012.



Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar

Josinaldo Reis do Nascimento

Tulik, Olga. Turismo e repercussões no espaço geográfico. **Revista Turismo em Análise**, v. 1, n. 2, p. 63-77, 1990.